

Reflexões sobre jornalismo, violência e transformações no mundo de trabalho dos jornalistas ¹

Cleusa Jung²

Márcia Franz Amaral³

Resumo

Parte de uma pesquisa maior que busca entender que sentidos sobre os casos de assassinatos de jornalistas no Brasil são construídos pelas notícias, este trabalho tem como objetivo refletir sobre jornalismo, violência e transformações no mundo de trabalho dos comunicadores. A violência contra jornalistas está em ascensão em todo o mundo. Segundo a Repórteres Sem Fronteiras (RSF), de 2003 a 2022, 1.668 jornalistas foram mortos no exercício da profissão, sendo que 42 assassinatos ocorreram apenas no Brasil. Autores como Gould e Blotta (2022) entendem o aumento da violência contra jornalistas como uma das faces mais visíveis da desinformação. Além disso, a precarização do mundo de trabalho dos jornalistas é uma violência diária e invisível (NICOLETTI, 2022). Como consequência, há enfraquecimento da confiança nas instituições e o comprometimento da qualidade da produção jornalística.

Palavras-chave

Jornalismo; Violência contra jornalistas; Precarização do trabalho; Desinformação.

Jornalismo: um bem público sob ataque?

Este trabalho é parte de uma pesquisa maior que tem como interesse olhar para os casos de assassinatos de jornalistas, apontados nos relatórios produzidos por organizações de defesa da liberdade de expressão no Brasil como o tipo mais grave e extremo de violência, para entender que sentidos sobre os assassinatos de jornalistas são construídos pelas notícias

¹ Trabalho apresentado no GT “Transformações do trabalho: automação, uberização e direitos” do XVI Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura. Universidade Federal de Santa Maria/RS, realizado nos dias 04 a 07 de dezembro de 2023.

² Doutoranda em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, e-mail: jung_cleusa@hotmail.com.

³ Doutora em Comunicação e Informação, Universidade Federal de Santa Maria, e-mail: marciafranz.amaral@gmail.com.

e que construto social acionam para explicá-los. No projeto de tese em desenvolvimento, é utilizado o aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso Francesa, além do referencial teórico do Johan Galtung, especificamente o conceito do "triângulo da violência direta-estrutural-cultural", que busca compreender a violência não apenas como um ato físico, mas também como um fenômeno que envolve aspectos estruturais e culturais.

A violência contra jornalistas está em ascensão em todo o mundo. Dados de organizações nacionais e internacionais que monitoram os casos de violência contra jornalistas comprovam isso. A Repórteres Sem Fronteiras (RSF) registrou, de 2003 a 2022, 1.668 jornalistas mortos no exercício da profissão. Neste período, em média 80 jornalistas morreram a cada ano. Destes casos, 80% dos casos estiveram concentrados em 15 países, dos quais o Brasil ocupa a 9ª posição, com 42 assassinatos. Na frente apenas países em guerra como Iraque e Síria, além do México, país latinoamericano com maior número de mortes registradas nos últimos anos.

De acordo com dados da RSF, a América é o continente mais perigoso para os jornalistas, sendo considerada a “zona de paz” com o maior número de casos de assassinatos de jornalistas. “As motivações por detrás das execuções dos jornalistas nestas regiões estão frequentemente associadas a tentativas de silenciar investigações associadas ao crime organizado e à corrupção” (RSF, 2022).

Entre 2006 e 2009, a Organização das Nações Unidas (ONU) estima que 1.200 jornalistas foram mortos no exercício da profissão. Em 2022, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) contabilizou 86 assassinatos de jornalistas no mundo, dos quais mais da metade das mortes aconteceram na América Latina e no Caribe. Os profissionais foram executados por noticiar sobre temas como crime organizado, corrupção e crimes contra o meio ambiente. O Comitê para Proteção de Jornalistas (CPJ) registrou em 2021, 11 jornalistas assassinados na América Latina, indicando México, Colômbia e Haiti no topo do ranking.

No Brasil, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) registrou 376 casos de

agressões a jornalistas e veículos de comunicação, somente em 2022. Isso equivale a um caso de violência por dia. No ano anterior, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) registrou 145 casos de violência não letal, correspondendo a uma média de 2,7 casos por semana.

Também em 2021, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) documentou 453 violações da liberdade de imprensa no país, um aumento de 23,4% em relação a 2020. Este aumento é “produto de um cenário político e social polarizado, inflamado por discursos antimídia que são propagados por atores políticos, incluindo o próprio presidente da República” (ABRAJI, 2022, p. 26). Para a Abraji, a política de descredibilização da imprensa e dos jornalistas tem como objetivo enfraquecer o jornalismo com o seu papel de fiscalizar o poder público e a democracia brasileira.

Levando em conta este cenário, o objetivo aqui é refletir sobre jornalismo, violência e transformações no mundo de trabalho dos jornalistas. O jornalismo é um bem público (PAVLIK, 2011) que desempenha papel central nas sociedades democráticas. Azoulay (2021, p. 8) defende que o jornalismo é central no contexto da informação como um bem público e, por isso, “o próprio jornalismo pode ser caracterizado como um bem público”. Bens públicos são serviços essenciais na sociedade. O jornalismo como um bem público desempenha um papel fundamental: “Fá-lo fornecendo aos cidadãos informações fiáveis e baseadas em factos de que eles precisam para participar de uma sociedade livre e aberta. O jornalismo atua simultaneamente como um guardião independente e como um programador de agenda” (AZOULAY, 2021, p. 8).

Além de ser um importante mecanismo no sistema democrático, o jornalismo também desempenha papel crucial na construção da cidadania. “Como ato social inerente ao sistema democrático, repousa no jornalismo a obrigação moral de deixar antever a multiplicidade de opiniões da sociedade” (LAGO, 2010, p. 166-167). Para Ramos e Saad (2022) o jornalismo é um construto social e um ente central das relações sociais.

Num movimento oposto aos ideais românticos de que sem o jornalismo a democracia

não seria possível, Carvalho (2023, p. 28) questiona essa relação quase que umbilical apresentada por muitos autores, especialmente no momento em que questões como “concentração de propriedade, pouca porosidade à diversidade de opiniões, restrições editoriais ao direito à informação, exclusão de amplas parcelas da população do universo informativo, [...] colocam em xeque a própria perspectiva democrática do jornalismo”.

O autor entende o jornalismo como um ator social colonizado e colonizador, que está envolvido com outros atores sociais em jogos de poder e disputas de sentido. Na dupla condição de colonizado e colonizador entende que está “simultaneamente sob a influência das colonialidades do saber e do poder e, até por essa razão, contribuindo para que as estratégias colonizadoras se espriaiem” (CARVALHO, 2023, p. 77).

Nessa perspectiva, questiona a ideia de que jornalismo e democracia sejam

irmãos siameses, gestados a partir das condições propiciadas pelo Iluminismo, vindos à luz em suas condições “modernas” no entrecruzamento entre dois acontecimentos que, embora distintos entre si, trouxeram as bases para novas modalidades da vida social: pelo viés político, a Revolução Francesa; e pelo viés econômico, a Revolução Industrial (CARVALHO, 2023, p. 109).

Daí nasce a ideia de que qualquer ataque ou crítica ao jornalismo seria uma ameaça à própria democracia. Mas, Carvalho (2023) questiona a premissa de que o jornalismo nunca seria uma ameaça à democracia ou aos pressupostos democráticos. Para tanto, aponta dois problemas nesta relação entre jornalismo e democracia: “o primeiro problema consiste no fato de sociedades não necessariamente consideradas formalmente democráticas, por exemplo por não possuírem sistema pluripartidário [...], denominarem como jornalísticos seus sistemas de informação para o público” (CARVALHO, 2023, p. 109).

Depois, o segundo problema, sobre o qual o autor reflete com mais profundidade, é acerca das percepções sobre o jornalismo ser uma ameaça à democracia, sendo que “as colonialidades do poder e do saber têm muito a dizer, posto que historicamente o jornalismo tem sido um ator social estratégico para a difusão e manutenção das lógicas que as perspectivas decoloniais visam superar” (CARVALHO, 2023, p. 109). O autor alerta que é

preciso também estar atento aos momentos em que as práticas jornalísticas não estão unidas aos princípios democráticos.

Para Carvalho (2023, p. 110), a democracia, que é polissêmica, fraturada, contraditória e incompleta, também é “o ninho que choca o ovo da serpente do autoritarismo e de tudo que nega os valores democráticos, portanto, contendo em seus princípios as bases que podem vir a destruí-la”.

Ao fornecer informações de qualidade, os jornalistas atuam como importantes mediadores entre o poder público e a população, ajudando a moldar a opinião pública e a promover a transparência e a prestação de contas. No entanto, nos últimos anos, tem havido um aumento significativo de ataques diretos ao jornalismo, colocando em risco sua vitalidade como um bem público. Azoulay (2021, p. 8) reforça que para que o jornalismo funcione como um bem público, “ele precisa de operar em condições política e economicamente viáveis, para poder produzir notícias e análises independentes, de alta qualidade e de confiança”.

Mas, Braga (2022, p. 8) alerta: “Ser jornalista no Brasil é uma atividade perigosa, que pode render ofensas, agressões físicas, perseguições e ataques online”. Coelho (2022, p. 12) reforça: “Os números e as histórias mostram uma profissão de risco”. Para ele, o bom jornalismo incomoda os poderosos, pois traz à luz temas que, para muitos, deveriam ficar ocultos. A desinformação e a má informação se tornaram ameaças à informação e, principalmente, ao jornalismo.

Para Christofolletti (2022) o prejuízo social da violência contra jornalistas no Brasil é muito maior que as agressões aos comunicadores, pois afeta mais pessoas em diferentes aspectos, especialmente nos seus direitos. “Apesar de ser uma queixa frequente nas redações, a sociedade sempre perde quando alguém impede um jornalista de trabalhar” (CHRISTOFOLETTI, 2022, p. 22). “Quando o jornalismo é vítima de violência pode-se dizer que a sociedade também o é” (RIOS; BRONOSKY, 2019, p. 50).

Desinformação e violência contra jornalistas

Apesar de toda base legal que deveria garantir a segurança dos jornalistas, os números apontam para a escalada da violência contra os jornalistas. Para a UNESCO, um fator que agrava a violência é a impunidade: “quase nove em cada dez casos de homicídio continuam por resolver” (UNESCO, 2021, p. 6). A impunidade, além de ser um obstáculo à garantia de segurança dos profissionais, também contribui para a autocensura. O período da pandemia de Covid-19 aumentou os desafios à segurança dos jornalistas, pois além do risco da exposição ao vírus e de traumas psicológicos, muitos comunicadores tiveram impacto financeiro com cortes salariais ou perda de empresa. A UNESCO (2021) também aponta que durante o período foi estimulada a disseminação de “rumores” e desinformação.

Para Gould e Blotta (2022, p. 1) “o aumento das violências contra jornalistas e comunicadores nos últimos quatro anos é uma das faces mais visíveis do fenômeno da desinformação”. Da mesma forma que a violência contra jornalistas representa múltiplas violações, a desinformação também viola

princípios e direitos básicos da comunicação de interesse público, como os deveres do Estado, de setores imprensa e da comunicação social de fornecer informação confiável, verificável e obtida corretamente, o direito à informação dos públicos e os direitos à manifestação do pensamento, de crítica e de exigência de transparência do poder (GOULD; BLOTTA, 2022, p. 1).

Os autores consideram a desinformação como um processo sistêmico de violação contra o interesse público e que, ao atingir os comunicadores, “também alimenta a descrença e desconfiança nas instituições de mediação política, e portanto, responsáveis pela garantia de informação e de comunicação públicas, como a Imprensa, o Estado e também a Ciência” (GOULD; BLOTTA, 2022, p. 2).

Desinformação, segundo a UNESCO (2019, p.7) se refere “a tentativas deliberadas (frequentemente orquestradas) para confundir ou manipular pessoas por meio de transmissão de informações desonestas”. Apesar de parecer um fenômeno novo, Ireton e Posetti (2019)

apontam que os primeiros registros já vêm da época da Roma Antiga. “A desinformação é uma história antiga, fomentada por tecnologias novas” (IRETON; POSETTI, 2019, p. 16). A partir do século 21, no entanto, a informação passou a ser utilizada como “armamento” e “novas e poderosas tecnologias simplificam a manipulação e a fabricação de conteúdo, e as redes sociais ampliam dramaticamente falsidades propagadas por Estados, políticos populistas e entidades corporativas desonestas” (IRETON; POSETTI, 2019, p. 16).

O volume de notícias falsas e o alcance da desinformação foi impulsionado pelas mídias sociais. Para Ireton (2019, p. 3) elas “infligiram um contágio que ameaça prejudicar a reputação do jornalismo”, com implicações para jornalistas, empresas de comunicação, cidadãos e toda a sociedade. Na internet, com a alta velocidade das informações, qualquer pessoa pode criar e compartilhar informações. Isso se torna um problema quando já não é mais possível discernir o que é verdadeiro ou falso. “Há um regime de cinismo e desconfiança. Visões extremas, teorias da conspiração e o populismo florescem; as verdades e instituições outrora aceitas são questionadas” (IRETON, 2019, p. 35).

Bucci (2022, p. 11) entende que a desinformação “esgarça, desfia e desagrega a esfera pública”. Para ele, o fenômeno não se resume apenas a desvirtuar informações. A desinformação pode ser entendida como o oposto de informação. “Onde esta pavimentação o caminho de acesso à verdade factual, aquela conduz à mentira, à ignorância dos fatos, ao apagamento da realidade e ao negacionismo” (BUCCI, 2022, p. 11). Ao contrário da informação que precisa de velocidade para ser eficaz, “a desinformação se vale da velocidade para desfazer os fundamentos modernos da esfera pública” (BUCCI, 2022, p. 11).

É de Bucci (2019) o entendimento de que “news não são fake e fake news não são news”. News ou notícias são aquelas geradas por jornalistas que trabalham em um veículo de comunicação. Notícias podem até ser mentirosas, mas não são fake. “Antes de dizer uma verdade ou uma mentira, as fake news falsificam sua condição: apresentam-se como enunciados produzidos por uma redação profissional, mas não são isso” (BUCCI, 2019, p. 25). Elas apenas simulam a linguagem jornalística e se fazem passar por jornalismo. Para

Bucci (2019, p. 25-26) fake news “são news falsificadas, mais ou menos como existem as notas de dólar falsificadas. A sua origem é desconhecida. Impossível encontrar o autor. Impossível ter com quem reclamar sobre seu conteúdo”.

Para Bucci (2019) fake news são uma modalidade de mentira. Mas, não é uma mentira como as outras. Além de serem uma falsificação de relato jornalístico, tem como objetivo prejudicar os direitos do público, dependem da existência das tecnologias digitais, decorrem de fontes desconhecidas, tem autoria quase sempre forjada, agem numa velocidade sem precedentes e dão lucro (além de político, lucro econômico). Para Pinheiro (2019, p. 59) a intenção das fake news é “enganar, e enganar para um lado específico. Fake news são a mentira intencional a serviço de alguma causa escusa”.

Gould e Blotta (2022, p. 2) alertam que o aumento da desinformação coincide com o cenário de violência contra os jornalistas. A desinformação e a violência, no entanto, não são as únicas ameaças à atuação dos jornalistas e comunicadores. A precarização do trabalho também é uma realidade que afeta sobremaneira esses profissionais.

Precarização do mundo de trabalho dos jornalistas

Nicoletti (2022) aborda a precarização como uma violência diária e invisível, sendo que as condições de trabalho dos jornalistas no Brasil podem ser consideradas estruturalmente precárias, pois

trata-se de uma profissão marcada pelo acúmulo de funções, excesso de carga de trabalho, jornada ampliada, falta de folgas, vínculos instáveis por meio da informalidade ou pejetização, assédio moral, baixos salários, instabilidade de carreira, falta de segurança e de suporte em casos de violência, feminização e juvenilização (NICOLETTI, 2022, p. 16).

Mick e Lima (2013) destacam que poucas profissões passaram por tantas transformações nos últimos anos como os jornalistas. “Transformações estruturais do

capitalismo combinaram-se à política de expansão do ensino superior, à redemocratização do país e a mudanças na regulamentação profissional” (MICK; LIMA, 2013, p. 15). Para Christofolletti (2019) a crise no jornalismo, que é complexa, multifacetada e dinâmica, se materializa na queda das tiragens dos jornais, na extinção de revistas, na redução da audiência televisiva, no enxugamento das redações, na falência de muitas empresas de comunicação, no desvio de funções e até no abandono da profissão.

De acordo com o Perfil do Jornalista Brasileiro 2021, a precarização do trabalho aumentou entre 2012 e 2021. Nos tipos de contratação, o volume de vínculos CLT caiu de 60% em 2012 para 45,8% no atual estudo e as formas precárias chegam a 24% (freelas, prestação de serviços sem contrato, PJ e MEI). Além disso, um dado alarmante vem da jornada de trabalho dos jornalistas, pois 42,2% dos profissionais possuem uma carga diária superior a 8h e destes, 3,2% dos respondentes afirmaram trabalhar mais de 13h por dia. O estudo ainda aponta que isso provoca efeito futuro sobre a saúde laboral: 66,2% se sentem estressados no trabalho; 34,1% já foram diagnosticados com estresse, 20,1% com algum transtorno mental relacionado ao trabalho e outros 31,4% receberam indicação para tomar antidepressivos; cerca de 20% têm diagnóstico de Lesão por Esforço Repetitivo e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho; e 40% dos profissionais afirmaram já ter sofrido assédio moral e 11% assédio sexual (LIMA et. al., 2022, p. 209).

Para Nonato (2009, p. 6) a chegada das novas tecnologias revolucionou o mundo do trabalho dos jornalistas, sendo que as transformações “se refletiram no trabalhador e na sua relação com o trabalho, resultando em pesquisas geralmente direcionadas a refletir sobre as alterações globais da sociedade; poucas abordam o homem diante de sua atividade de trabalho”. “A precarização social do trabalho é um novo e um velho fenômeno, por que é diferente e igual, por que é passado e presente e por que é um fenômeno de caráter macro e microsocial” (DRUCK, 2011, p. 37). Figaro (2014, p. 27) entende que o jornalismo segue em mudança e que uma das transformações é o seu papel social, que “pode perder seu papel potencial de mediador da esfera pública midiaticizada, com uma agenda de discussão que pauta

os cidadãos no cenário local, regional e global, para consolidar-se como oferecedor de informações conforme o critério de perfil do consumidor”.

Renault e Bulhões (2016, p. 166) também reforçam que houve uma piora nas condições de trabalho dos jornalistas, especialmente com relação à precarização da profissão, tendo em vista alguns aspectos como “a ampliação das áreas de atuação profissional, as mudanças nas relações de trabalho, a não obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão, os enxugamentos das redações, o acúmulo de funções e a própria influência da tecnologia no trabalho jornalístico”. Lelo (2019) indica algumas reestruturações produtivas no mundo de trabalho dos jornalistas como a alta rotatividade dos profissionais nas redações, a corrosão de princípios éticos legitimados pelo campo jornalístico em benefício dos lucros, a progressiva feminização no setor, a ascendente precariedade laboral e a recorrência sistemática de situações de assédio moral e injustiças.

Como consequência, Cremonini (2019) aponta o sofrimento dos jornalistas como um sintoma gerado pelas novas formas de organização do trabalho. O sofrimento pode ser vivenciado de diferentes formas, seja por profissionais que conseguem identificar claramente a fonte do sofrimento dentro do trabalho e por outros que projetam o sofrimento sobre si mesmos. Nicoletti (2019) salienta que os reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas também podem influenciar na qualidade da informação.

Violência como tema de estudo

Apesar de a violência fazer parte da vida cotidiana, ser abordada com frequência em diferentes meios, não há um consenso sobre classificação e tipologias, paradoxo que já foi levantado por Bernstein (2015) acerca da confusão que se faz do entendimento por violência. Busquets (2019) aponta que vários pesquisadores defendem que é muito difícil encontrar definições universais do conceito de violência, já que “não existem princípios ou critérios abstratos para determinar quando a violência é permitida” (BUSQUETS, 2019, p. 124).

Da mesma forma, Ray (2011) também entende que a violência é bastante complexa e difícil de ser definida. Para Paviani (2016, p. 8) são tantas as formas de violência que “é difícil elencá-las de modo satisfatório. Diversos profissionais, especialmente na mídia, manifestam-se sobre ela, oferecem alternativas de solução; todavia, a violência surge na sociedade sempre de modo novo e ninguém consegue evitá-la por completo”.

Alguns objetos de estudo desafiam mais do que outros. Este é o caso do fenômeno da violência para Porto (2001). A dificuldade em conceituar a violência se deve ao fato de “a violência ser um fenômeno empírico antes do que um conceito teórico” (PORTO, 2002, p. 153). Mesmo que o conceito seja utilizado pelo senso comum, ele ainda precisa ser apropriado como um objeto teórico, dentro do discurso científico. Para isso, a abordagem da violência deve ser feita por várias dimensões da vida social, já que o conceito é tão plural e permite tantas interpretações.

A autora (2015) ressalta algumas especificidades da violência no contexto brasileiro que auxiliam na compreensão do enquadramento teórico e empírico. Primeiro, o fato de a violência não ter sido nomeada como tal postergou a inclusão do conceito em categorias mais teóricas que explicassem a realidade. Em resumo, “o fenômeno não estava todavia construído como objeto de investigação; a sociedade não se espelhava a partir de categorias como a violência; a violência não era nomeada como tal, dificultando sua constituição como objeto sociológico” (PORTO, 2015, p. 26).

Depois, ocorreram dois movimentos em oposição: de um lado, alguns segmentos sociais passaram a utilizar a violência como forma de resolver conflitos e, de outro lado, surgiam em outros segmentos uma maior sensibilidade aos atos violentos até então considerados “normais” (PORTO, 2015). Foi a partir deste segundo movimento que o problema da violência foi ganhando maior visibilidade e passou a ser tema de debate na sociedade e até no meio acadêmico. Assim, “propiciou um avanço da abordagem sociológica voltada ao contexto brasileiro, na medida em que melhor compreender o fenômeno da violência passou a ser, de certa forma, vislumbrado como condição para melhor entender a

própria sociedade brasileira” (PORTO, 2015, p. 27).

Para a autora, inclusive, ainda que se admita que a violência é bastante difusa, não é possível pensá-la como um fenômeno singular, que se distribui de forma uniforme na sociedade. “não existe violência, no singular, mas violências, cujas raízes são múltiplas, e cuja identificação é complexa; portanto, qualquer tentativa explicativa e de conceituação tem que, de forma compulsória, considerar tal multiplicidade” (PORTO, 2015, p. 27). Propõe, portanto, que para além da violência física ou aberta, também seja considerada a violência simbólica ou doce, já que “a subjetividade que caracteriza as dimensões da moral ou do simbólico não elimina o caráter de constrangimento dos atos agressivos ao indivíduo, mesmo na ausência de danos físicos” (PORTO, 2010, p. 106). A violência simbólica interage com a violência física, tendo em vista que são raros os casos em que acontecem constrangimentos que não sejam seguidos de danos físicos.

Porto (2002, p. 153) entende que se faz necessário “que o fenômeno da violência seja construído como objeto teórico, de modo que sua utilização, no interior do discurso científico, adquira força explicativa e sentido”. Um dos autores que, em meio à multiplicidade de questões levantadas, elabora uma conceituação é Michaud (1989). Para ele

há violência quando, numa situação de interação um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p. 11).

Para Magalhães (2022), “algo está muito errado com a democracia quando jornalista vira assunto. [...] Somos ensinados, nas faculdades de jornalismo e ao longo da carreira, a reportar, entrevistar, analisar, questionar, sempre em terceira pessoa”. Busquets (2019), que assinala que a violência contra os jornalistas não tem se configurado como tema de estudo na tradição investigativa da comunicação e do jornalismo, compreende que “a violência sempre é um comportamento instrumental guiado por uma escolha irracional, perpetrada para ganhar algo” (BUSQUETS, 2019. p. 126).

Blotta (2016, p. 11) entende que o fenômeno da violência contra os jornalistas envolve uma tripla violação dos direitos da comunicação: “os direitos individuais e de livre exercício da profissão dos jornalistas, os direitos de visibilidade daqueles cujas informações os jornalistas buscam evidenciar, e o direito à informação dos leitores e pessoas interessadas nos fatos a serem noticiados”.

Os tipos de violência contra jornalistas, indicam “um tipo de aproximação com a problemática na qual se evidencia tanto o uso instrumental como expressivo da violência e, por sua vez, revela como a abordagem está associada a atos de violência física” (BUSQUETS, 2019, p. 131). Bernstein (2015, posição 327, tradução da autora) afirma que “nossa época poderia muito bem chamar-se de *a era da violência* porque as representações reais ou imaginárias da violência, que não poucas vezes se embaçam e se confundem, são inevitáveis”.

Partindo dessa ideia, Rios e Bronosky (2019) indicam que a manifestação de violência tem muita proximidade com o fazer jornalístico. Há uma dupla relação que envolve a prática profissional e as manifestações de violência: “em dado momento os jornalistas incorrem em certa violência ao tratar de temas caros ao interesse público a partir de certo desequilíbrio (na apresentação dos fatos e tensionamento das versões, por exemplo); e em outros, o jornalismo e os jornalistas se tornam objeto de ataque” (RIOS; BRONOSKY, 2019, p. 52).

Ainda que não haja consenso sobre sua definição, o fenômeno faz parte do cotidiano dos jornalistas há muito tempo. No livro “Cale a boca, jornalista! O ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira”, Fernando Jorge relata abusos sofridos por jornalistas desde os tempos da monarquia, intensificando-se especialmente no período da ditadura militar no Brasil. Ao longo do tempo, vários estudiosos de diferentes áreas do conhecimento, como antropólogos, sociólogos, psicólogos, filósofos e até criminólogos, já estudaram o conceito de violência. Alguns deles estão reunidos no editorial da Unesco “La violencia y sus causas” publicado em 1981, como Alain Joxe, Jean-Marie Domenach, Johan Galtung, Otto Klineberg, James D. Halloran, Hannah Arendt e Judith Butler.

Dentre as diferentes perspectivas trazidas pelos autores, já apontadas na dissertação

“Violência contra jornalistas no Brasil: análise discursiva dos relatórios de organizações de defesa da liberdade de expressão”, é importante destacar o triângulo da violência (direta, cultural e estrutural) do sociólogo norueguês Johan Galtung, fundador do “The Peace Research Institute Oslo” (PRIO). Para ele, também não há uma única forma de definir um conceito de violência, sendo necessário levar em conta as dimensões que englobam o fenômeno.

Para Galtung (1969), quando há um ator que comete a violência, ela é pessoal ou direta; quando não há tal ator, ela é estrutural ou indireta. No nível estrutural, “a violência está embutida na estrutura e se mostra como poder desigual e, conseqüentemente, como oportunidades de vida desiguais” (GALTUNG, 1969, p. 171). Quando um marido bate na esposa, por exemplo, há um caso de violência pessoal; quando muitos maridos batem em suas esposas, há uma violência estrutural. Enquanto a violência pessoal é a mais registrada no nosso cotidiano, a “violência estrutural é silenciosa, não se mostra - é essencialmente estática, são as águas tranquilas” (GALTUNG, 1969, p. 173).

Dessa forma, diferente da violência pessoal que mostra flutuações e mudanças ao longo do tempo, a violência estrutural é concebida como algo que exhibe estabilidade. Para o autor, isso se explica pelo fato de que as estruturas sociais não podem ser mudadas tão rapidamente. Até podem sofrer mudanças da noite para o dia, mas isso não acontece com tanta frequência. Já a violência pessoal apresenta menor estabilidade e pode ser percebida mais facilmente. Apesar de serem empiricamente independentes, “pode-se argumentar que todos os casos de violência estrutural podem, por um exame mais minucioso, ser rastreados até a violência pessoal em sua pré-história” (GALTUNG, 1969, p. 178).

O autor sugere que, mesmo que um tipo de violência não suponha a presença do outro, “quando a estrutura está ameaçada, os que se beneficiam da violência estrutural, sobretudo os que estão no topo, tentarão preservar o status quo tão bem articulado para proteger seus interesses” (GALTUNG, 1969, p. 179). Neste caso, os interessados em manter o status podem mobilizar a polícia ou o exército, por exemplo, para se manterem distantes do tumulto da violência pessoal. Isso pode ser feito pelo que o autor chama de “extrapolação da violência

estrutural” quando, no caso da violência cometida pela polícia, que é pessoal por definição, os autores são acionados por expectativas já enraizadas na estrutura social.

Para além da violência pessoal e estrutural, em 1990 o mesmo autor elabora o conceito de violência cultural: “qualquer aspecto de uma cultura que pode ser usado para legitimar a violência em sua forma direta ou estrutural” (GALTUNG, 1990, p. 291). Mesmo que este tipo de violência não mate ou mutila como a violência direta ou até a violência estrutural, ela legitima um ou ambos tipos de violência. A violência cultural, portanto, pode ser interpretada como “aqueles aspectos da cultura, a esfera simbólica de nossa existência – exemplificada pela religião e ideologia, linguagem e arte, ciência empírica e ciência formal (lógica, matemática) – que podem ser usados para justificar ou legitimar violência direta ou violência estrutural” (GALTUNG, 1990, p. 291).

Em resumo, a violência pode iniciar em qualquer canto do triângulo proposto por Galtung (1990), bem como pode ser transferida facilmente de um canto a outro. “Com a estrutura violenta institucionalizada e a cultura violenta internalizada, a violência direta também tende a se tornar institucionalizada, repetitiva, ritualística, como uma vingança” (GALTUNG, 1990, p. 302).

Apesar dos efeitos visíveis da violência direta, como mortes, agressões ou danos materiais, os efeitos invisíveis do círculo vicioso da violência são ainda mais perversos: “a violência direta reforça a violência estrutural e cultural [...]. E isso, por sua vez, pode levar a uma violência ainda mais direta” (GALTUNG, 1998, p. 16). Ainda, cabe destacar que se culturas e estruturas violentas produzem violência direta, então elas também reproduzem a mesma violência. Desse modo, a longo prazo, as violências estrutural e cultural podem causar maiores danos do que a violência direta. Galtung (1998, p. 102) rejeita “qualquer análise da violência que não englobe as três classes”.

Triângulo da violência aplicado ao contexto brasileiro

Com base no triângulo da violência proposto por Galtung (1998), Ramos e Saad (2022) fazem uma leitura do contexto brasileiro. A violência pode iniciar em qualquer canto, dependendo da configuração de cada contexto a ser analisado. A violência mais visível é a direta, expressa pelos assassinatos e agressões aos jornalistas, por exemplo. Por isso, localizada no topo do triângulo, nos cantos inferiores estão a violência estrutural e a violência cultural, que são menos visíveis, mas são tão ou mais perversas por darem condições que contribuem para justificar a violência direta e até elevar os números, pois “violência gera violência” (GALTUNG, 1998, p. 295) e o objetivo é causar danos.

Para Galtung (1998), os efeitos da violência direta podem ser visíveis ou invisíveis e ocorrem em diferentes espaços: natureza, seres humanos, sociedade, mundo, tempo e cultura. No caso dos seres humanos, destaca os efeitos somáticos visíveis como os números de mortos e feridos; já os invisíveis poderiam ser expressos pelo número de traumatizados, o ódio generalizado, a apatia geral e o sentimento de vingança. No caso da sociedade, os danos visíveis seriam os materiais em infraestruturas e os invisíveis os danos causados na estrutura social (instituições e governos) e até na cultura social (ordem pública, direitos humanos). Se olharmos os danos a nível temporal, os efeitos visíveis poderiam ser a violência retardada e a violência transmitida entre gerações; os invisíveis seriam a transferência estrutural e cultural para a seguinte geração. Além disso, na cultura os danos visíveis são irreversíveis ao patrimônio cultural humano e os invisíveis são uma cultura violenta de trauma e a deterioração da capacidade de resolver conflitos (GALTUNG, 1998, p. 28).

Ramos e Saad (2022, p. 12) apontam que a *violence strata* (Galtung, 1990) brasileira está “fincada em nossas raízes culturais e acionada primordialmente por processos discursivos de conotação negativa à imprensa”. Esta violência cultural é manifestada de forma simbólica nos planos econômico, religioso, ideológico, tecnológico, ciências exatas e da linguagem. No cenário brasileiro, portanto, o principal vértice acionado do triângulo de

Galtung (1990) seria o cultural, tendo em vista o enraizamento histórico da violência. A esfera cultural passaria a ser acionada, por exemplo, por meio de manifestações discursivas do ex-presidente da República Jair Bolsonaro e repercutidas por cidadãos comuns em discursos de ódio e ataques a profissionais da imprensa.

Para pensar

Além das plataformas digitais, a desinformação e o aumento da violência contra jornalistas no Brasil, o cenário “é intrínseco à nossa história e tende a se fortalecer à medida que as democracias se enfraquecem” (GOULD; BLOTTA, 2022, p. 12). A escalada da violência faz parte de um fenômeno estrutural denominado por Galtung (1990) como violência cultural. Para os autores, aspectos da cultura são mobilizados e potencializados por meio de tecnologias para justificar ou legitimar a violência estrutural.

Nicoletti (2022) aponta que misoginia, racismo e desigualdade social são problemas estruturais da sociedade brasileira que refletem no mercado jornalístico. “Revelam-se na forte presença da violência de gênero e na expressiva desigualdade entre negros e brancos no setor” (NICOLETTI, 2022, p. 20).

Da mesma forma, Chaui (2017-2018) também aponta problemas estruturais que contribuem para um bloqueio na prática democrática no Brasil, visto que a sociedade brasileira é “estruturalmente antidemocrática porque é estruturalmente violenta, hierárquica, vertical, autoritária e oligárquica” (CHAUÍ, 2018, p. 2) e “o Estado é patrimonialista e cartorial, organizado segundo a lógica clientelista e burocrática” (CHAUÍ, 2017, p. 20). A autora destaca que a sociedade ainda conserva profundas marcas de uma sociedade colonial escravista e evidencia um bloqueio do direito democrático fundamental.

As consequências da desinformação, da precarização do trabalho e da violência para a sociedade são alarmantes. A desinformação enfraquece a confiança nas instituições, abrindo espaço para a proliferação de teorias conspiratórias e discursos de ódio. Além disso, a

precarização do trabalho compromete a qualidade e a independência da produção jornalística, uma vez que os profissionais se deparam com a necessidade de priorizar a sobrevivência financeira em detrimento da busca pela verdade. A falta de estabilidade no emprego, a redução dos salários, a extensão da jornada de trabalho e a ausência de direitos trabalhistas são aspectos que têm se tornado cada vez mais presentes na área da comunicação. Essa precarização também prejudica a saúde física e mental dos trabalhadores, tornando-os mais vulneráveis a ataques e manipulações.

Referências

AZOULAY, Audrey. O jornalismo é um bem público. In: UNESCO. O jornalismo é um bem público: tendências mundiais em matéria de liberdade de expressão e desenvolvimento da comunicação social; relatório global 2021/2022. Paris: UNESCO, 2021.

BERNSTEIN, R. Violencia: Pensar sin barrandillas. Barcelona: Gedisa Editorial, 2015.

BLOTTA, Vitor. Violência contra Jornalistas e Liberdade de Expressão no Brasil contemporâneo: a mordida do Ouroboro. Infoamerica: Iberoamerican Communication Review, v. 10, 2016.

BUCCI, Eugenio. News não são fake. E fake news não são news. In: BARBOSA, Mariana (org.). Pós-verdade e fake news. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

BUCCI, Eugenio. Ciências da Comunicação contra a desinformação. Comunicação & Educação, v. 27, n. 2, 2022.

BUSQUETS, Marisol Cano. Violencia contra los periodistas: Configuración del fenómeno, metodologías y mecanismos de intervención de organizaciones internacionales de defensa de la libertad de expresión. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2019.

CARVALHO, Carlos Alberto de. O jornalismo, ator social colonizado e colonizador. Curitiba: CRV, 2023.

CHAUI, Marilena. Comunicação e democracia. In: Comunicação e democracia: problemas e perspectivas atuais. Paulus, Revista de Comunicação da FAPCOM. v. 1, nº 2, 2017.

CHAUI, Marilena. Comunicação e democracia. 2018. Disponível em: . Acesso em: 27 maio 2020.
Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Comunica%C3%A7%C3%A3o-e-democracia.pdf>>.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Como a violência contra jornalistas atinge você. In: Dossiê FENAJ-objETHOS [recurso eletrônico]: Ataques ao jornalismo e ao seu direito à informação. Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Observatório da Ética Jornalística (objETHOS) da Universidade Federal de Santa Catarina. – Florianópolis: UFSC, 2022.

CREMONINI, Caetano. Sofrimento de Jornalistas: expectativas de reconhecimento e reconfiguração do mundo do trabalho. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. Cad. CRH [online]. 2011, vol.24, p.37-57.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. Journal of Peace Research, Vol. 6, 1969.

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. Journal of Peace Research, Vol. 27, 1990.

GOULD, Larissa; BLOTTA, Vitor. Desinformação e violência contra jornalistas como violências contra a comunicação: análise de casos entre 2021 e 2022 no Brasil e em São Paulo. 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2022.

IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. Jornalismo, Fake News & Desinformação - Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo. In: UNESCO. Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo. Paris: UNESCO, 2019.

IRETON, Cherilyn. Verdade, confiança e jornalismo: por que é importante. In: UNESCO. Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo. Paris: UNESCO, 2019.

JUNG, Cleusa. Violência contra jornalistas no Brasil: análise discursiva dos relatórios de organizações de defesa da liberdade de expressão. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2021.

LELO, Thales Vilela. Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional. 2019. Tese (doutorado) apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2019.

LIMA, et. al. Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

NICOLETTI, Janara. Precarização, uma violência diária e invisível. In: Dossiê FENAJobjETHOS [recurso eletrônico]: ataques ao jornalismo e ao seu direito à informação. Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Observatório da Ética Jornalística (objETHOS) da Universidade Federal de Santa Catarina. – Florianópolis: UFSC, 2022.

NONATO, Cláudia. O Jornalista em Pauta: mudanças no mundo do trabalho, no processo de produção e no discurso. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 2009.

PAVIANI, J. Conceitos e formas de violência. [recurso eletrônico]: org. Maura Regina Modena. Conceitos e formas de violência – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016. p. 8 – 20.

PAVLIK, J. V. A tecnologia digital e o jornalismo: as implicações para a Democracia. Brazilian Journalism Research, 2011.

RAMOS, Daniela; SAAD, Elizabeth Saad. A violência cultural contra jornalistas no Brasil: uma proposta de tipologia e análise do período. In: Anais do 1º Encontro Anual da Compós, 2022, Imperatriz. Anais eletrônicos, Campinas, Galoá, 2022.

RAY, Larry. Violence and society. SAGE Publications Ltd, London, 2011.

RENAULT, David; BULHÕES, Juliana. A precarização da prática jornalística: uma revisão bibliográfica sobre o impacto das condições de trabalho na saúde e qualidade de vida do jornalista.

Parágrafo, Vol. 4, n. 2. 2016.

RIOS, Aline; BRONOSKY, Marcelo. Violência contra jornalistas, ameaça à sociedade. Mosaico, v. 11, nº 17, 2019.

UNESCO. **La violencia y sus causas**. París, Unesco, 1981.

UNESCO. Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo. Paris: UNESCO, 2019.

UNESCO. Ameaças que Silenciam: Tendências em Matéria de Segurança dos Jornalistas, em Tendências Mundiais em matéria de Liberdade de Expressão e Desenvolvimento da Comunicação Social: Relatório Global 2021/2022. Paris: UNESCO, 2021.